



Coletânea Legislativa Sueca

Lei que altera a Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

SFS 2024:292

Publicado
em 28 de maio de 2024

Emitida em 23 de maio 2024

Por decisão do Riksdag¹ é estabelecido² no que diz respeito à Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados:

Que os Artigos 2a, 5.º, 11.º, 13.º, 21.º e 25.º têm a seguinte redação,
Que são inseridos quatro novos parágrafos, nomeadamente os Artigos 17b a 17d e 23a, com a seguinte redação.

Artigo 2a³ Para efeitos da presente lei, entende-se por:

— *a Diretiva Eurovinheta*: Diretiva 1999/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 1999, sobre a aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de infraestruturas rodoviárias, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2022/362 do Parlamento Europeu e do Conselho,

— *Classe de emissão EURO*: A classe de emissão especificada no Anexo 0 da Diretiva Eurovinheta,

— *Classe de emissões de CO2*: classe de emissões especificada no Artigo 9.º da Lei (2024:173) relativa à classificação dos veículos pesados em classes de emissões de CO2, ou classe de emissões equivalente para veículos estrangeiros,

— *Grupo de veículos*: Igual ao constante do Artigo 1.º da lei relativa à classificação dos veículos pesados em classes de emissões de CO2,

— *subgrupo de veículos*: igual ao constante do artigo 1.º da lei relativa à classificação dos veículos pesados em classes de emissões de CO2,

— *ano do veículo*: a informação constante do registo de tráfego rodoviário que indica o ano do modelo de um veículo ou, na ausência dessa informação, o ano de fabrico, ou, se ambos os elementos de informação não constarem do registo, o ano em que o veículo foi colocado em circulação pela primeira vez;

¹ Projeto de lei do Governo 2023/24:71, bet. 2023/24:SkU20, rskr. 2023/24:185.

² Cf. Diretiva 1999/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 1999, relativa à aplicação de imposições aos veículos pela utilização das infraestruturas rodoviárias, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2022/362 do Parlamento Europeu e do Conselho. Consultar igualmente a Diretiva (UE) 2015/1535 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, relativa a um procedimento de informação no domínio dos regulamentos técnicos e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação.

³ Última redação 2006:474.

Artigo 5.^{o4} Para os veículos que estejam ou devam estar registados no Registo de Tráfego Rodoviário da Suécia (veículos suecos) e cujo registo não tenha sido cancelado ou que não estejam registados temporariamente, deve ser paga uma tarificação rodoviária pelo direito de utilizar a rede rodoviária sueca. Para os veículos estrangeiros, é paga uma tarificação rodoviária pelo direito de utilização das autoestradas e das estradas enumeradas no apêndice 1.

A tarificação aplica-se aos veículos a motor ou aos conjuntos articulados de veículos com um peso bruto de, pelo menos, 12 000 quilogramas se o veículo se destinar ou for utilizado para o transporte rodoviário de mercadorias.

Para os veículos a motor suecos com um dispositivo de reboque, a tarificação baseia-se no peso máximo autorizado que o conjunto de veículos a motor pode ter.

Artigo 11.^{o5} A taxa de utilização da estrada é cobrada do seguinte modo, com diferentes montantes impostos em função do número de eixos e dos requisitos que o motor de um veículo cumpre no que diz respeito à classe de emissão de CO2 e, se for caso disso, à classe de emissão Euro.

Máximo de três eixos					
Classe de emissões de CO2	Classe de emissão EURO	Tarifaça o anual em EUR	Tarifaça o mensal em EUR	Tarifaça o semanal em EUR	Tarifaça o diária em EUR
1	0	1 434	143	50	14
	I	1 246	124	44	12
	II	1 085	108	38	11
	III	944	94	33	9
	IV	858	85	30	9
	V	811	81	28	8
	VI	764	76	27	8
	ou mais limpo				
2		688	68	24	7
3		592	59	21	6
4		459	45	16	5
5		191	19	7	2

Mínimo de quatro eixos					
Classe de emissões de CO2	Classe de emissão EURO	Tarifaça o anual em EUR	Tarifaça o mensal em EUR	Tarifaça o semanal em EUR	Tarifaça o diária em EUR
1	0	2 404	240	84	24
	I	2 081	208	73	21

⁴ Última redação 2001:570.

⁵ Última redação 2019:155.

II	1 810	181	63	18
III	1 572	157	55	16
IV	1 431	143	50	14
V	1 352	135	47	14
VI	1 274	124	45	13
ou mais limpo				
2	1 146	114	40	12
3	987	98	35	10
4	764	76	27	8
5	319	31	12	4

A tarificação rodoviária para os veículos que não cumpram os requisitos de emissões estabelecidos no anexo 0 da Diretiva Eurovinheta deve ser cobrada de acordo com a classe de emissão EURO 0.

A tarificação rodoviária para os veículos VEA referidos no anexo 0 da Diretiva Eurovinheta deve ser cobrada de acordo com a classe de emissão EURO V.

Para os veículos a motor suecos com um dispositivo de reboque, a tarificação rodoviária deve ser determinada com base no maior número possível de eixos que um conjunto de veículos a motor pode ter.

Artigo 13.º A tarificação rodoviária deve ser devida durante o mês civil anterior ao mês de início do período de imputação, sob reserva do disposto no segundo ou terceiro parágrafos ou no Artigo 17b.

No momento da entrada em vigor da obrigação de pagamento da tarificação, a tarificação rodoviária deve ser paga o mais tardar três semanas após o início da obrigação de pagamento.

Se a natureza de um veículo for alterada de tal modo que deva ser cobrada uma tarificação diferente, deve ser imposta uma nova tarificação rodoviária. A tarificação rodoviária deve ser paga o mais tardar três semanas após o final do mês civil durante o qual se realizou ou deveria ter-se realizado a inspeção do registo, o mais tardar.

Artigo 17b Se a classe de emissões de CO2 de um veículo for alterada para uma classe inferior após uma revisão nos termos do Artigo 10.º, n.º 1(1), da Lei (2024:173) relativa à classificação dos veículos pesados em classes de emissões de CO2, tal só afeta a tarificação rodoviária para os períodos de cobrança com início em ou após a data em que a nova classificação produz efeitos.

Se já tiver sido imposta uma tarificação rodoviária a esse veículo, deve ser paga a diferença entre a tarificação aplicada e a nova tarificação rodoviária mais elevada (complemento de taxa).

O complemento de taxa deve ser pago o mais tardar 30 dias após a decisão sobre o complemento de taxa.

Artigo 17c Se a classe de emissões de CO2 de um veículo for alterada na sequência de uma nova avaliação em conformidade com o artigo 11.º da Lei (2024:173) relativa à classificação dos veículos pesados em classes de emissões de CO2, a diferença entre a tarificação aplicada e uma nova tarificação mais baixa (taxa excedentária) deve ser reembolsada.

O reembolso é efetuado num montante igual ao montante da taxa excedentária para o número de dias em relação aos quais a taxa foi paga, calculado a partir da data em que a nova taxa por classe de emissões de CO₂ deve ser aplicada ao grupo ou subgrupo de veículos a que o veículo pertence. Cada dia é considerado como 1/360 de um ano completo.

Se a taxa excedentária for reembolsada e a tarifação rodoviária relativa ao período a que se refere a taxa excedentária ainda não tiver sido paga, a tarifação rodoviária pode ser reduzida. Tais decisões são tomadas com base no tratamento automatizado utilizando dados do Registo de Tráfego Rodoviário.

Artigo 17d O complemento de taxa nos termos do Artigo 17b ou a taxa excedentária nos termos do Artigo 17c deve ser pago(a) ou reembolsado(a) à pessoa que está ou deveria estar inscrita como proprietária no Registo de Tráfego Rodoviário no momento a partir do qual deve ser aplicada a tarifação para a nova classe de emissões de CO₂.

Artigo 21.⁶ A tarifação rodoviária do veículo não será paga durante o período em que a tarifação correspondente ao abrigo do Acordo relativo à cobrança de uma tarifação rodoviária de determinadas estradas por veículos pesados, assinado em Bruxelas em 9 de fevereiro de 1994, e do Protocolo relativo à adesão da Suécia ao acordo, assinado em Bruxelas em 18 de setembro de 1997, tenha sido paga noutro país. O acordo foi alterado pelos protocolos de alteração assinados em Bruxelas em 22 de março de 2000, 21 de outubro de 2010, 6 de dezembro de 2017 e 29 de março de 2023. O acordo e os protocolos são publicados nos Acordos Internacionais da Suécia (SÖ).

Artigo 3a Se o resultado de uma conversão, nos termos do Artigo 23.º, de um montante no artigo 11.º exceder os limites estabelecidos no Artigo 7a, n.º 2, primeiro parágrafo, da Diretiva Eurovinheta, o montante recalculado será fixado no montante máximo em SEK autorizado nos termos do artigo.

Se o resultado de uma conversão, nos termos do artigo 23.º, de um montante no artigo 11.º para as classes de emissões de CO₂ 2 a 5 implicar uma redução percentual inferior à percentagem mais baixa do intervalo aplicável nos termos do artigo 7.º-GA, n.º 3, primeiro parágrafo, da Diretiva Eurovinheta, o montante recalculado será, em vez disso, fixado no montante máximo em SEK autorizado nos termos do artigo.

Se um montante tiver de ser ajustado ao abrigo do primeiro e do segundo parágrafos, o montante será fixado no montante mais baixo.

Artigo 25.⁷ Um veículo sujeito a imposto não pode ser utilizado se a tarifação rodoviária prescrita não tiver sido paga. No entanto, no caso de complementos de taxa nos termos do artigo 17.º-B, tal só se aplica findo o prazo durante o qual a tarifação deveria ter sido paga.

O primeiro parágrafo não deve ser aplicável se tiver sido apresentada uma ordem de pagamento da tarifação rodoviária a um banco ou intermediário de pagamento semelhante, mesmo que a tarifação rodoviária não tenha sido registada nas contas, tal como previsto no artigo 15.º, n.º 2.

1. A presente lei entra em vigor na data determinada pelo Governo.

⁶ Última redação 2019:155.

⁷ Última redação 2006:236.

2. As disposições antigas continuam a aplicar-se às condições relativas ao período anterior à entrada em vigor.

3. Para os veículos pertencentes a um grupo de veículos ou subgrupo de veículos não abrangido pelo artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) a d), do Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos veículos pesados novos e que altera os Regulamentos (CE) n.º 595/2009 e (UE) 2018/956 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 96/53/CE do Conselho, na sua redação original, é aplicada uma tarificação para as classes 2 e 3 de emissões de CO₂ a partir da data em que foi estabelecida uma curva de redução de emissões para o grupo ou subgrupo a que o veículo pertence, mediante alteração do Regulamento (UE) 2019/1242 e entrou em vigor.

4. Para os veículos pertencentes a um grupo de veículos ou subgrupo de veículos não abrangido pelo artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) a d), do Regulamento (UE) 2019/1242, na sua redação original, será aplicada, pela primeira vez, uma tarificação para a classe 4 de emissões de CO₂, três anos após os valores de referência para as emissões de CO₂ do grupo ou subgrupo a que o veículo pertence terem sido fixados por um ato de execução adotado nos termos do artigo 7.º-GA, n.º 7, da Diretiva Eurovinheta; ou a partir da data anterior determinada pelo Governo.

5. Os montantes em euros referidos no artigo 11.º da nova redação devem ser convertidos em SEK. A taxa de câmbio do euro para SEK referida no artigo 23.º deve ser utilizada para a conversão e arredondada para o montante SEK total inferior mais próximo. Se necessário, será efetuado esse ajustamento do montante recalculado, sob reserva do disposto no artigo 23.º-A. Os montantes recalculados são determinados pelo Governo antes da entrada em vigor e são aplicáveis até ao final do ano civil da entrada em vigor.

6. Se tiver sido cobrada uma tarificação rodoviária antes da entrada em vigor, a diferença entre a tarificação rodoviária cobrada e uma nova tarificação rodoviária mais elevada ou uma nova tarificação rodoviária mais baixa, nos termos do artigo 11.º da nova versão, deve ser paga ou reembolsada no período compreendido entre a entrada em vigor e o final do período de tarificação. Cada mês civil é considerado como 1/12 e cada dia como 1/360 de um ano completo.

7. A diferença será paga ou reembolsada ao sujeito passivo no momento da entrada em vigor.

8. A diferença não tem de ser reembolsada se for inferior a 50 SEK.

9. Se a diferença tiver de ser reembolsada e a tarificação rodoviária imposta nos termos do artigo 11.º da versão anterior ainda não tiver sido paga, a tarificação rodoviária pode ser reduzida em vez de se proceder ao reembolso da diferença. As decisões sobre a redução são tomadas com base no tratamento automatizado utilizando dados do Registo de Tráfego Rodoviário.

10. A diferença deve ser paga o mais tardar 30 dias após a entrada em vigor.

11. A diferença não tem de ser paga se for inferior a 300 SEK.

12. A proibição de utilização de um veículo sujeito a imposto, prevista no artigo 25.º da nova versão, só se aplica à diferença após a última data de pagamento.

Em nome do Governo

SFS
2024:292

ELISABETH SVANTESSON

Jan Larsson
(Ministério das Finanças da Suécia)



Coletânea Legislativa Sueca

Lei que altera a Lei (1997:1137) relativa à tarificação rodoviária para determinados veículos pesados

SFS 2024:293

Publicado
em 28 de maio de 2024

Emitida em 23 de maio de 2024

Por decisão do Riksdag⁸ é estabelecido⁹ no que diz respeito à Lei (1997:1137) relativa à tarificação rodoviária para determinados veículos pesados:

que os artigos 5.º, 6.º, 11.º, 23.º e 23.º-A passam a ter a seguinte redação, que são aditados dois novos parágrafos, o artigo 11.º-A e o artigo 11.º-B, com a seguinte redação.

Artigo 5.º¹⁰ Para os veículos que estejam ou devam estar registados no Registo de Tráfego Rodoviário da Suécia (veículos suecos) e cujo registo não tenha sido cancelado ou que não estejam registados temporariamente, deve ser paga uma tarificação rodoviária pelo direito de utilizar a rede rodoviária sueca. Para os veículos estrangeiros, é paga uma tarificação rodoviária pelo direito de utilização das autoestradas e das estradas enumeradas no apêndice 1.

A obrigação de pagamento da tarificação aplica-se aos veículos a motor com um peso bruto superior a 3 500 quilogramas, ou aos conjuntos de veículos a motor desses veículos, se o veículo se destinar ou for utilizado para o transporte rodoviário de mercadorias.

A obrigação de pagamento da tarificação aplica-se igualmente aos conjuntos de veículos a motor com peso bruto não superior a 3 500 quilogramas com um dispositivo de reboque para semirreboque, se o veículo se destinar ou for utilizado para o transporte rodoviário de mercadorias e o peso bruto do conjunto de veículos a motor for superior a 3 500 quilogramas. No que diz respeito aos veículos a motor suecos com um peso bruto não superior a 3 500 quilogramas com um dispositivo de reboque para um semirreboque, a obrigação de pagamento da tarificação será baseada, contudo, no peso máximo autorizado em carga que o conjunto de veículos a motor pode ter.

Artigo 6.º¹¹ A obrigação de pagamento da taxa não se aplica aos veículos pertencentes a:

⁸ Projeto de lei do Governo 2023/24:71, bet. 2023/24:SkU20, rskr. 2023/24:185.

⁹ Cf. Diretiva 1999/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 1999, relativa à aplicação de imposições aos veículos pela utilização das infraestruturas rodoviárias, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2022/362 do Parlamento Europeu e do Conselho. Consultar igualmente a Diretiva (UE) 2015/1535 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, relativa a um procedimento de informação no domínio dos regulamentos técnicos e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação.

¹⁰ Última redação 2024:292.

¹¹ Última redação 2014:669.

- 1) Às forças armadas;
- 2) À autoridade policial ou aos serviços de segurança;
3. Ao Estado, a um município ou a outra entidade e se o veículo se destinar a ser utilizado para serviços de emergência; ou
- 4) À manutenção de estradas.

A isenção prevista no primeiro parágrafo está sujeita à condição de o veículo ostentar sinais exteriores que indiquem que o veículo pertence a uma das categorias especificadas.

Além disso, a obrigação de pagamento da tarificação não se aplica a:

1. Veículos cuja idade, calculada como a diferença entre o ano do veículo e o ano civil em curso, seja igual ou superior a trinta anos e que não sejam utilizados para o exercício da atividade de transportador rodoviário a que se refere o Regulamento (CE) n.º 1071/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que estabelece regras comuns no que se refere aos requisitos para o exercício da atividade de transportador rodoviário e que revoga a Diretiva 96/26/CE do Conselho ou a Lei dos Transportes Comerciais (2012:210) ou
- 2) Veículos com zero emissões nos termos do artigo 2.º, n.º 1, ponto 29, da Diretiva Eurovinheta, se o veículo tiver um peso bruto não superior a 4 250 quilogramas.

Para os conjuntos de veículos, o veículo a motor determina se o conjunto está isento da obrigação de pagamento da tarificação.

Artigo 11.^{o12} A tarificação rodoviária é cobrada da seguinte forma, com diferentes montantes impostos em função do número de eixos e dos requisitos que o motor de um veículo satisfaz em relação à classe de emissões de CO₂ e, se aplicável, à classe de emissão EURO;

Máximo de três eixos					
Classe de emissões de CO ₂	Classe de emissão EURO	Tarifaça o anual em EUR	Tarifaça o mensal em EUR	Tarifaça o semanal em EUR	Tarifaça o diária em EUR
1	0	1 434	143	50	14
	I	1 246	124	44	12
	II	1 085	108	38	11
	III	944	94	33	9
	IV	858	85	30	9
	V	811	81	28	8
	VI	764	76	27	8
	ou mais limpo				
2		688	68	24	7
3		592	59	21	6
4		459	45	16	5
5		191	19	7	2
Mínimo de quatro eixos					

¹² Última redação 2024:292. A alteração suprime, entre outras coisas, os segundo a quarto parágrafos.

Classe de emissões de CO2	Classe de emissão EURO	Tarifaça o anual em EUR	Tarifaça o mensal em EUR	Tarifaça o semanal em EUR	Tarifaça o diária em EUR
1	0	2 404	240	84	24
	I	2 081	208	73	21
	II	1 810	181	63	18
	III	1 572	157	55	16
	IV	1 431	143	50	14
	V	1 352	135	47	14
	VI	1 274	124	45	13
	ou mais limpo				
2		1 146	114	40	12
3		987	98	35	10
4		764	76	27	8
5		319	31	12	4

Artigo 11a Para os veículos a motor e conjuntos de veículos a motor com peso bruto inferior a 12 000 quilogramas, a tarifação rodoviária é cobrada da seguinte forma, com diferentes montantes impostos em função do número de eixos e dos requisitos que o motor de um veículo satisfaz em relação à classe de emissões de CO2 e, se aplicável, à classe de emissão EURO.

Máximo de três eixos					
Classe de emissões de CO2	Classe de emissão EURO	Tarifaça o anual em EUR	Tarifaça o mensal em EUR	Tarifaça o semanal em EUR	Tarifaça o diária em EUR
1	0	956	95	33	10
	I	831	83	29	8
	II	723	72	25	7
	III	629	62	22	6
	IV	572	57	20	6
	V	541	54	19	5
	VI	510	51	18	5
	ou mais limpo				
2		459	45	16	4
3		395	39	14	4
4		306	30	11	3
5		130	13	5	2

Mínimo de quatro eixos					
Classe de	Classe de	Tarifaça	Tarifaça	Tarifaça	Tarifaça

emissões de CO2	emissão EURO	o anual em EUR	o mensal em EUR	o semanal em EUR	o diária em EUR
1	0	1 603	160	56	16
	I	1 387	138	49	14
	II	1 206	120	42	12
	III	1 048	104	37	10
	IV	954	95	33	10
	V	901	90	32	9
	VI	849	84	30	8
	ou mais limpo				
2		764	76	27	7
3		658	65	23	6
4		510	51	18	5
5		213	21	8	2

Artigo 11b A tarificação rodoviária para os veículos que não cumpram os requisitos de emissões estabelecidos no anexo 0 da Diretiva Eurovinheta deve ser cobrada de acordo com a classe de emissão EURO 0.

A tarificação rodoviária para os veículos VEA referidos no anexo 0 da Diretiva Eurovinheta deve ser cobrada de acordo com a classe de emissão EURO V.

Para os veículos a motor suecos com um dispositivo de reboque, a tarificação rodoviária deve ser determinada com base no peso máximo autorizado em carga e no maior número possível de eixos que um conjunto de veículos a motor pode ter.

Artigo 23.^{o13} A tarificação rodoviária deve ser paga em SEK. Os montantes em euros referidos nos artigos 11.º, 11.º-A, 17.º e 22.º devem ser convertidos em SEK para cada ano civil.

A conversão é efetuada à taxa de câmbio do euro para SEK aplicável no primeiro dia útil de outubro do ano anterior e publicada no Jornal Oficial da União Europeia. Sempre que um montante calculado para um determinado ano antes do arredondamento difira do montante do ano anterior em menos de 5 %, o montante do ano anterior continua a ser aplicável.

Antes do final de novembro, o Governo determinará os montantes recalculados a cobrar ao abrigo da presente lei no ano civil seguinte. Os montantes devem ser arredondados para o montante SEK total inferior mais próximo.

Artigo 23a¹⁴ Se o resultado de uma conversão, nos termos do Artigo 23.º, de um montante no Artigo 11.º ou no Artigo 11a exceder os limites estabelecidos no Artigo 7a, n.º 2, primeiro parágrafo, da Diretiva Eurovinheta, o montante recalculado será fixado no montante máximo em SEK autorizado nos termos do artigo.

¹³ Última redação 2008:478.

¹⁴ Última redação 2024:292.

Se o resultado de uma conversão, nos termos do artigo 23.º, de um montante no artigo 11.º ou no artigo 11.º-A para as classes de emissões de CO2 2 a 5 implicar uma redução percentual inferior à percentagem mais baixa do intervalo aplicável nos termos do artigo 7.º-GA, n.º 3, primeiro parágrafo, da Diretiva Eurovinheta, o montante recalculado será, em vez disso, fixado no montante máximo em SEK autorizado nos termos do artigo.

Se um montante tiver de ser ajustado ao abrigo do primeiro e do segundo parágrafos, o montante será fixado no montante mais baixo.

1. A presente lei entra em vigor na data determinada pelo Governo.
2. As disposições antigas continuam a aplicar-se às condições relativas ao período anterior à entrada em vigor.
3. Para os veículos pertencentes a um grupo de veículos ou subgrupo de veículos não abrangido pelo artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) a d), do Regulamento (UE) 2019/1242 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos veículos pesados novos e que altera os Regulamentos (CE) n.º 595/2009 e (UE) 2018/956 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 96/53/CE do Conselho, na sua redação original, é aplicada uma tarificação para as classes 2 e 3 de emissões de CO2 a partir da data em que foi estabelecida uma curva de redução de emissões para o grupo ou subgrupo a que o veículo pertence, mediante alteração do Regulamento (UE) 2019/1242 e entrou em vigor.
4. Para os veículos pertencentes a um grupo de veículos ou subgrupo de veículos não abrangido pelo artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) a d), do Regulamento (UE) 2019/1242, na sua redação original, será aplicada, pela primeira vez, uma tarificação para a classe 4 de emissões de CO2, três anos após os valores de referência para as emissões de CO2 do grupo ou subgrupo a que o veículo pertence terem sido fixados por um ato de execução adotado nos termos do artigo 7.º-GA, n.º 7, da Diretiva Eurovinheta; ou a partir da data anterior determinada pelo Governo.
5. Os montantes em euros referidos no artigo 11.º-A devem ser convertidos em SEK. A taxa de câmbio do euro para SEK referida no artigo 23.º da nova redação deve ser utilizada para a conversão e arredondada para o montante SEK total inferior mais próximo. Se necessário, esse ajustamento do montante recalculado, resultante do artigo 23.º-A da nova redação, será efetuado. Os montantes recalculados são determinados pelo Governo antes da entrada em vigor e são aplicáveis até ao final do ano civil da entrada em vigor.
6. Para os veículos suecos, relativamente aos quais é devida uma tarificação rodoviária nos termos do artigo 11.º-A à data de entrada em vigor, o primeiro período de tarificação tem início no mesmo dia que o dia da sua entrada em vigor. A tarificação rodoviária desses veículos deve ser paga o mais tardar 30 dias após a sua entrada em vigor. A tarificação rodoviária será paga pelo sujeito passivo no momento da entrada em vigor.
7. A proibição de utilização de um veículo sujeito a imposto nos termos do artigo 25.º só é aplicável após a última data de pagamento da tarificação devida nos termos do artigo 11.º-A no momento da entrada em vigor.

Em nome do Governo

SFS
2024:292

ELISABETH SVANTESSON

Jan Larsson
(Ministério das Finanças da
Suécia)



Coletânea Legislativa Sueca

Lei que altera a Lei relativa ao Imposto de Circulação Rodoviária (2006:227)

SFS 2024:294

Publicado
em 28 de maio de 2024

Emitido em 23 de maio de 2024

Por decisão do Riksdag¹⁵, está previsto¹⁶ que o Apêndice 2 à Lei relativa ao imposto de circulação rodoviária (2006:227) passa a ter a seguinte redação:

1. A presente lei entra em vigor na data determinada pelo Governo.
2. As disposições antigas continuam a aplicar-se à tarifação rodoviária relativa ao período anterior à entrada em vigor.

Em nome do Governo

ELISABETH SVANTESSON

Jan Larsson
(Ministério das Finanças da
Suécia)

¹⁵ Bill 2023/24:71, bet. 2023/24:SkU20, rskr. 2023/24:185.

¹⁶ Ver Diretiva (UE) 2015/1535 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, relativa a um procedimento de informação no domínio dos regulamentos técnicos e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação.

Imposto sobre os veículos

Tipo de veículo	Peso para efeitos fiscais, quilogramas	Imposto, SEK	
		montante de base	montante adicional por cada 100 quilogramas totais acima do peso mais baixo da classe

B Veículos pesados de mercadorias

1. Veículos pesados de mercadorias que não podem circular a gásóleo	3 501–	984	–
2. Veículos pesados de mercadorias que podem circular a gásóleo			
2.1. com um dispositivo de reboque para um semirreboque de dois eixos;			
2.1.1. não sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados	3 501– 5 999	3 094	–
	6 000– 6 999	3 426	–
	7 000– 7 999	5 413	–
	8 000– 8 999	6 430	–
	9 000– 9 999	8 429	–
	10 000–10 999	8 857	–
	11 000–11 999	11 775	–
	12 000–12 999	13 365	–
	13 000–13 999	16 875	–
	14 000–	17 737	–
2.1.2. sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados	3 501– 6 999	1 000	–

¹⁷ Última redação 2014:1502.

7 000– 7 999	1 727	–
8 000– 8 999	2 084	–
9 000–10 999	3 423	–
11 000–12 999	4 751	–
13 000–	7 213	–

2.2. com um dispositivo de reboque para um semirreboque com três ou mais eixos;

2.2.1. não sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501– 4 999	2 669	–
5 000– 5 999	2 826	–
6 000– 6 999	3 525	–
7 000– 7 999	8 453	–
8 000– 8 999	11 021	–
9 000– 9 999	11 811	–
10 000–10 999	15 676	–
11 000–11 999	16 476	–
12 000–12 999	17 486	–
13 000–13 999	18 496	–
14 000–14 999	19 506	–
15 000–	20 015	–

2.2.2. sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501– 6 999	1 000	–
7 000–17 999	4 638	–
18 000–19 999	6 416	–
20 000–	9 491	–

2.3. com um dispositivo de reboque que não seja um dispositivo de reboque para um semirreboque de dois eixos;

2.3.1. não sujeitos à
tarifação rodoviária nos
termos da Lei (1997:1137)
relativa à tarifação
rodoviária para
determinados veículos
pesados

3 501– 8 999	2 420	–
9 000– 9 999	2 547	–
10 000–10 999	2 821	–
11 000–11 999	3 801	–
12 000–12 999	4 781	–
13 000–13 999	5 261	–
14 000–14 999	5 937	–
15 000–15 999	6 480	–
16 000–16 999	8 210	–
17 000–	9 908	–

2.3.2. sujeitos à tarifação
rodoviária nos termos da
Lei (1997:1137) relativa à
tarifação rodoviária para
determinados veículos
pesados

3 501–	300	–
--------	-----	---

2.4. com um dispositivo
de reboque que não seja
um dispositivo de reboque
para um semirreboque
com três ou mais eixos;

2.4.1. não sujeitos à
tarifação rodoviária nos
termos da Lei (1997:1137)
relativa à tarifação
rodoviária para
determinados veículos
pesados

3 501–11 999	2 232	–
12 000–12 999	3 041	–
13 000–13 999	3 811	–
14 000–14 999	4 581	–
15 000–15 999	5 351	–
16 000–16 999	6 711	–
17 000–17 999	7 571	–
18 000–18 999	8 943	–
19 000–19 999	10 451	–
20 000–	11 024	–

2.4.2. sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501– 6 999	300	–
7 000–	500	–

2.5. sem um dispositivo de reboque, com dois eixos;

2.5.1. não sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501– 8 999	2 420	–
9 000– 9 999	2 547	–
10 000–10 999	2 821	–
11 000–11 999	3 801	–
12 000–12 999	4 781	–
13 000–13 999	5 261	–
14 000–14 999	5 937	–
15 000–15 999	6 480	–
16 000–16 999	8 210	–
17 000–	9 908	–

2.5.2. sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501–11 999	300	–
12 000–12 999	317	–
13 000–13 999	879	–
14 000–14 999	1 236	–
15 000–	2 799	–

2.6. sem um dispositivo de reboque, com três eixos;

2.6.1. não sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501–11 999	2 232	–
12 000–12 999	3 041	–
13 000–13 999	3 811	–
14 000–14 999	4 581	–

15 000–15 999	5 351	–
16 000–16 999	6 711	–
17 000–17 999	7 571	–
18 000–18 999	8 943	–
19 000–19 999	10 451	–
20 000–	11 024	–

2.6.2. sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501–11 999	300	–
12 000–16 999	552	–
17 000–18 999	1 134	–
19 000–20 999	1 471	–
21 000–22 999	2 268	–
23 000–	3 525	–

2.7. sem um dispositivo de reboque, com quatro ou mais eixos;

2.7.1. não sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501–11 999	2 232	–
12 000–12 999	3 041	–
13 000–13 999	3 811	–
14 000–14 999	4 581	–
15 000–15 999	5 351	–
16 000–16 999	6 711	–
17 000–17 999	7 571	–
18 000–18 999	8 943	–
19 000–19 999	10 451	–
20 000–	11 024	–

2.7.2. sujeitos à tarifação rodoviária nos termos da Lei (1997:1137) relativa à tarifação rodoviária para determinados veículos pesados

3 501–11 999	300	–
12 000–16 999	552	–
17 000–18 999	1 134	–
19 000–22 999	1 471	–
23 000–24 999	1 492	–

25 000–26 999	2 329	–	SFS
27 000–28 999	3 698	–	2024:292
29 000–	5 486	–	
